

**TÉCNICO DO MPU – ADMINISTRAÇÃO (PÓS-EDITAL)**

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

**3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa sorte!**

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodifcil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

2501317680M

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

2º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Ministério Público da União  
MPU

**CARGO:**

Técnico do MPU - Administração

**MODELO/BANCA:**

FGV

**EDITAL:**

Pós-Edital

**DATA DE APLICAÇÃO:**

2/2025

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

2/2025

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

**MPU - 2º SIMULADO - CARGO T01 - TÉCNICO DO MPU - ADMINISTRAÇÃO (PÓS-EDITAL)****Língua Portuguesa****Letícia Bastos****1**

“A persistência é o caminho mais curto para transformar sonhos em realidade.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a frase sugere que a persistência é indispensável para alcançar objetivos.
- (B) o texto afirma que todos os sonhos se tornam realidade apenas com persistência.
- (C) o uso de “mais curto” sugere que a persistência é o único caminho viável.
- (D) o termo “realidade” é utilizado de forma figurativa, indicando idealização.
- (E) a expressão “transformar sonhos” indica um processo rápido e simples.

**2**

“O conhecimento liberta, mas exige compromisso com a verdade.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto sugere que o conhecimento é acessível a todos, independentemente de esforços.
- (B) o verbo “liberta” implica que o conhecimento não demanda responsabilidade.
- (C) a expressão “compromisso com a verdade” indica que a verdade é sempre evidente.
- (D) o texto destaca que a busca pelo conhecimento requer responsabilidade ética.
- (E) o termo “compromisso” é usado para indicar uma obrigação apenas social.

**3**

“A estrutura lógica de um texto depende da coesão entre as ideias apresentadas.” Sobre a organização estrutural do texto, é correto afirmar que:

- (A) a coesão é irrelevante para a organização lógica do texto, sendo apenas um elemento estético.
- (B) a estrutura lógica do texto depende exclusivamente da escolha vocabular do autor.
- (C) a coesão entre as ideias é fundamental para garantir a clareza e a progressão textual.
- (D) a organização estrutural baseia-se apenas na sequência cronológica dos fatos apresentados.
- (E) a progressão textual é secundária em relação à estética do texto, no contexto apresentado.

**4**

“A leitura de um texto é um diálogo entre o autor e o leitor, mediado pelas ideias e referências compartilhadas.” Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) a coesão textual ocorre exclusivamente por meio de conectivos que unem as orações.
- (B) a intertextualidade é irrelevante para a construção de sentidos no diálogo autor-leitor.
- (C) a coerência e a intertextualidade são indispensáveis para estabelecer o diálogo entre autor e leitor.
- (D) a construção do texto é fundamentada apenas na repetição de palavras-chave.
- (E) a coesão é suficiente para que o leitor compreenda o texto sem considerar o contexto.

**5**

“Leia atentamente o rótulo do produto antes de utilizá-lo.” Sobre o modo de organização discursiva apresentado no texto, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de uma narração, pois descreve uma sequência de eventos.
- (B) O texto caracteriza-se como uma exposição, pois apresenta informações técnicas.
- (C) O discurso é predominantemente argumentativo, pois busca persuadir o leitor.
- (D) É uma descrição, já que enumera as características de algo.
- (E) Configura-se como injunção, pois orienta o leitor a realizar uma ação específica.

**6**

“As novas regras para o trânsito de veículos entram em vigor na próxima semana, conforme a Resolução n. 345.” Sobre o tipo textual apresentado no texto, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um texto normativo, pois apresenta regras oficiais que regulam uma situação específica.
- (B) O texto é publicitário, pois busca persuadir o leitor a adotar um comportamento específico.
- (C) Caracteriza-se como informativo, pois relata um fato sem emitir instruções.
- (D) O texto é propagandístico, já que apresenta ideias para convencer o público.
- (E) Trata-se de um texto didático, pois tem como objetivo ensinar um conteúdo.

**7**

“Em meio ao caos urbano, a cidade pulsa como um coração inquieto, carregando as histórias de seus habitantes.” Sobre o texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um texto não literário, pois apresenta informações factuais sobre o caos urbano.
- (B) O texto é literário, pois utiliza linguagem conotativa e recursos estilísticos para transmitir subjetividade.
- (C) Caracteriza-se como texto não literário, pois o tema central é a urbanização e seus problemas.
- (D) O texto é técnico, por apresentar uma análise sobre o impacto da urbanização.
- (E) Trata-se de um texto normativo, pois regulamenta aspectos relacionados à vida urbana.

**8**

“Com esforço, os objetivos podem ser alcançados.” Sobre as operações de estrutura da frase, é correto afirmar que:

- (A) A frase perderia sentido se o termo “com esforço” fosse deslocado para o final da sentença.
- (B) A substituição de “os objetivos” por “estes” comprometeria a clareza da frase.
- (C) A modificação de “podem ser alcançados” para “alcançam-se” manteria o mesmo efeito de sentido e estrutura sintática.
- (D) A retirada do termo “com esforço” não alteraria significativamente o sentido da frase.
- (E) O deslocamento de “com esforço” para o final da frase manteria a coerência e o sentido original.

**9**

“Apesar de ter estudado bastante, o resultado da prova não foi satisfatório.” Sobre a estrutura da frase apresentada, é correto afirmar que:

- (A) Há um problema de concordância verbal entre “o resultado” e “foi”.
- (B) O texto apresenta um erro de regência, pois “apesar de” exige que o complemento seja um substantivo ou equivalente.
- (C) A frase carece de clareza, pois não explicita a relação entre estudo e resultado.
- (D) O uso do conectivo “apesar de” é inadequado, pois não indica oposição.
- (E) O termo “satisfatório” é incompatível com o sentido do restante da frase.

**10**

“Ele disse que amanhã partirá para outra cidade.” Sobre a organização sintática da frase apresentada, é correto afirmar que:

- (A) A oração “que amanhã partirá para outra cidade” funciona como complemento verbal da oração principal.
- (B) A palavra “que” introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- (C) A expressão “amanhã partirá” apresenta sujeito indeterminado, pois não há indicação explícita.
- (D) A oração principal está subordinada à oração introduzida pelo conectivo “que”.
- (E) O termo “para outra cidade” desempenha a função de complemento nominal na frase.

**11**

“Naquele dia, muitas histórias foram contadas pelos idosos.” Sobre a estrutura da frase apresentada, é correto afirmar que:

- (A) A frase está na ordem direta, pois apresenta a sequência lógica de sujeito, verbo e complemento.
- (B) O termo “Naquele dia” é o complemento do verbo “foram contadas”.
- (C) A inversão da frase para “Muitas histórias pelos idosos foram contadas naquele dia” altera o sentido original.
- (D) A inversão dos termos “Naquele dia” e “muitas histórias” compromete a coerência da frase.
- (E) A frase está na ordem inversa, pois o termo “Naquele dia” foi antecipado para destacar a circunstância temporal.

**12**

João disse: “Amanhã visitarei meus avós.” Sobre o tipo de discurso apresentado no texto, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de discurso indireto, pois a fala de João foi adaptada pelo narrador.
- (B) O texto apresenta discurso indireto livre, já que mistura a fala de João com a narração.
- (C) Configura-se como discurso narrativo, pois relata uma sequência de eventos.
- (D) É um exemplo de discurso descritivo, pois detalha uma situação futura.
- (E) Trata-se de discurso direto, pois a fala de João é reproduzida exatamente como foi dita.

**13**

“Tá tudo certo, pode deixar que eu resolvo isso pra você.” Sobre o registro de linguagem empregado no texto, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um registro formal, adequado a contextos oficiais.
- (B) O texto apresenta um registro técnico, característico de textos científicos.
- (C) O registro é informal, marcado pela oralidade e por formas simplificadas de expressão.
- (D) O texto exemplifica o registro coloquial, mas é adequado para uma situação acadêmica.
- (E) A linguagem utilizada é erudita, com vocabulário rebuscado.

**14**

“Compre já o novo livro que está transformando vidas!” A função predominante no texto apresentado é:

- (A) Metalinguística, pois o texto fala sobre o próprio ato de escrita.
- (B) Conativa, porque busca persuadir o leitor a realizar uma ação.
- (C) Emotiva, pois revela as emoções do autor em relação ao livro.
- (D) Referencial, já que transmite informações objetivas sobre o livro.
- (E) Fática, pois o objetivo principal é verificar o canal de comunicação.

**15**

“Preciso que você revise o relatório até amanhã.” No ato comunicativo representado pelo texto, o elemento predominante é:

- (A) O receptor, pois a mensagem é direcionada a alguém específico com uma solicitação clara.
- (B) O emissor, que expressa sua necessidade de maneira objetiva.
- (C) O canal, já que a comunicação depende do meio pelo qual é transmitida.
- (D) O código, pois a mensagem utiliza a língua portuguesa como sistema linguístico.
- (E) O contexto, que define o motivo pelo qual o relatório deve ser revisado.

**16**

“O desinteresse dos alunos foi evidente durante a palestra.” Sobre a palavra “desinteresse”, é correto afirmar que:

- (A) É formada por derivação parassintética, pois houve adição simultânea de prefixo e sufixo.
- (B) É composta por aglutinação, pois ocorre alteração no radical das palavras que a compõem.
- (C) Resulta de composição por justaposição, pois os elementos foram unidos sem alteração fonética.

(D) É formada por derivação prefixal, com a adição do prefixo “des-” ao radical “interesse”.

(E) É um exemplo de hibridismo, por combinar elementos de diferentes origens linguísticas.

**17**

“A ONU atua em várias frentes globais, incluindo segurança e saúde.” Sobre a forma abreviada “ONU”, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de uma sigla que deve ser lida como uma palavra, pois é pronunciável.
- (B) A abreviação de “ONU” é considerada um acrônimo, já que forma uma palavra corrente.
- (C) “ONU” não pode ser considerada uma sigla, pois suas letras não representam palavras distintas.
- (D) É uma sigla que não forma uma palavra pronunciável, sendo lida pelas letras separadamente.
- (E) O termo “ONU” é um exemplo de abreviação lexical, pois reduziu o tamanho original da expressão.

**18**

“Embora cansado, ele continuou a trabalhar com determinação.” Sobre as classes de palavras presentes no texto, é correto afirmar que:

- (A) O termo “cansado” é um advérbio, pois indica uma circunstância relativa ao sujeito.
- (B) O vocábulo “embora” é uma conjunção subordinativa concessiva, que introduz uma ideia de contraste.
- (C) A palavra “determinação” é um verbo, pois expressa uma ação praticada pelo sujeito.
- (D) O termo “continuou” é uma preposição, pois estabelece relação entre palavras da oração.
- (E) O vocábulo “com” é um advérbio, pois modifica o sentido do verbo “trabalhar”.

**19**

“O projeto desabrochou como uma flor no meio do deserto.” Com base no texto, é correto afirmar que o sentido figurado está presente na palavra:

- (A) “projeto”, pois representa uma ideia abstrata e generalizada.
- (B) “deserto”, porque simboliza um local isolado e inóspito.
- (C) “desabrochou”, que sugere o desenvolvimento ou realização de algo, comparado ao florescimento.
- (D) “flor”, pois é usada para indicar beleza literal e concreta.
- (E) “meio”, que expressa a ideia de um espaço central de forma literal.

**20**

“Ela aludiu à obra com grande entusiasmo durante a reunião.” Sobre o uso do sinal indicativo de crase no texto, é correto afirmar que:

- (A) Não deveria ocorrer crase, pois “obra” é um substantivo comum e não exige artigo definido.
- (B) O uso da crase é obrigatório, pois o verbo “aludir” exige a preposição “a” e “obra” admite artigo definido.
- (C) A ausência do artigo definido tornaria o uso da crase facultativo nesse caso.
- (D) O emprego da crase está incorreto, pois não há regência que justifique sua presença.
- (E) A crase ocorre devido à fusão da preposição exigida pelo verbo “aludir” com o artigo definido feminino que acompanha “obra”.

## Noções de Sustentabilidade

### Renato Pulz

**21**

O legislador originário, inspirado nos movimentos ambientalistas que estavam acontecendo ao redor do mundo na segunda metade do século XX, dedicou um capítulo específico para o meio ambiente em nossa Carta Magna. Conforme as disposições do art. 225 da CF/1988, marque a alternativa correta.

- (A) O meio ambiente ecologicamente equilibrado, por sua relevância, é um bem público de uso especial.
- (B) Não é atribuição do poder público fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético, pois é atividade eminentemente privada.
- (C) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente.
- (D) Uma mineradora que degrada o meio ambiente ao explorar uma mina de minério de ferro poderá escolher a forma de recuperar o local e como destinará os resíduos.
- (E) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Caatinga são patrimônios nacionais.

**22**

Na segunda metade do século XX, o ser humano viu-se frente a um dilema: as importantes transformações industriais e tecnológicas que a civilização alcançara também levaram a consequências nefastas para a natureza, colocando em risco as condições de vida no planeta. Para alguns autores, o uso da bomba atômica foi o momento crítico, a virada de chave, quando se vislumbrou o potencial do ser humano para destruir a vida. Surgiram movimentos sociais ambientalistas e de organizações internacionais. Sobre o tema, marque a alternativa correta.

- (A) A Eco-72 no Brasil fez um primeiro balanço do impacto humano global no ambiente.
- (B) Relatório Brundtland introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável.
- (C) O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que não compromete a habilidade de atender suas próprias necessidades atuais.
- (D) O relatório Brundtland foi desenvolvido por uma comissão ao final da Eco-92 no Brasil.
- (E) A partir da definição de desenvolvimento sustentável pelo Relatório Brundtland, pode-se perceber que tal conceito diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente.

**23**

A Lei Complementar n. 140/2011 fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Sobre o assunto, marque a alternativa correta.

- (A) Licença ambiental é o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.
- (B) É de competência administrativa dos Estados promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em terras indígenas dentro do respectivo Estado.
- (C) É da competência dos Estados promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, inclusive em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).
- (D) Os entes federativos podem valer-se de consórcios públicos e convênios, entre outros, como instrumentos de cooperação institucional na proteção do meio ambiente.
- (E) A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 180 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença.



**24**

“Balão cai dentro do Parque Ibirapuera, na Zona Sul de SP, e pega fogo” (Fonte: TV Globo e G1 SP — São Paulo em 29/07/24). A notícia faz referência a uma prática comum em várias partes do país. Mas como se sabe não é livre de consequências, sejam ambientais, econômicas e por vezes acabam causando danos à integridade física e até morte de seres humanos e outros animais. Há uma série de práticas que parte da sociedade, seja por costume ou tradição, ainda não enxerga como prejudicial e merecedora da tutela penal. No entanto, a lei de crimes ambientais criminalizou várias condutas com potencial de dano ao bem jurídico meio ambiente. Sobre o tema e as disposições legais, marque a alternativa correta.

- (A) Se o sujeito provocar, sem querer, um incêndio em floresta por ter feito uma fogueira durante um acampamento, não comete crime ambiental.
- (B) Soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas é somente infração administrativa, com pena de multa.
- (C) Aquele que destruir ou danificar uma roseira de um logradouros públicos ou em propriedade privada alheia comete crime.
- (D) Comete crime quem compra lenha e guarda em casa sem licença válida para todo o tempo do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.
- (E) A pichação nos dias de hoje é considerada arte, por isso não é crime.

**25**

As mudanças climáticas são um fenômeno que, apesar de algumas vozes contrárias, fazem parte do centro dos debates no terceiro milênio. O século 21 pode ser facilmente chamado do século das mudanças climáticas. Na 21ª Conferência das Partes (COP21), em Paris no ano de 2015, foi adotado um novo acordo com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças. No Brasil, no ano de 2009, foi publicada a Lei n. 12.187, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC. Acerca do assunto, marque a alternativa correta.

- (A) Mitigação significa iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.
- (B) Uma das diretrizes da PNMC são as ações de mitigação da mudança do clima em consonância com o desenvolvimento sustentável, que sejam sempre mensuráveis para sua adequada quantificação e verificação *a posteriori*.

- (C) O Plano Nacional sobre Mudança do Clima é um instrumento institucional para a atuação da Política Nacional de Mudança do Clima.
- (D) As florestas, os oceanos e os solos são exemplos de sumidouros de CO<sub>2</sub> e outros gases de efeito estufa.
- (E) Gases de efeito estufa são os constituintes gasosos, naturais ou antrópicos, que, na atmosfera, absorvem e reemitem radiação gama.

## Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

### Matheus Atalanio

**26**

Sobre a Agenda 2030 da ONU, pode-se afirmar que:

- (A) a Agenda 2030 possui 10 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), focados exclusivamente na erradicação da pobreza.
- (B) a Agenda 2030 é um documento vinculante, obrigando os Estados membros a adotarem suas metas sob pena de sanções.
- (C) os ODS incluem metas relacionadas à igualdade de gênero, educação de qualidade e combate às mudanças climáticas.
- (D) a Agenda 2030 foi adotada em 2000 como parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).
- (E) o Brasil não possui estratégias específicas para implementar os ODS em nível nacional.

**27**

Sobre a Teoria das Gerações dos Direitos Humanos, prevista comumente dentro da Teoria Geral dos Direitos Humanos, assinale a única afirmativa correta.

- (A) A primeira geração dos direitos humanos está associada a direitos econômicos e sociais, como saúde e educação.
- (B) A segunda geração inclui direitos civis e políticos, como liberdade de expressão e direito ao voto.
- (C) A terceira geração abrange direitos difusos, como o direito ao meio ambiente e ao desenvolvimento.
- (D) A quarta geração refere-se exclusivamente a avanços tecnológicos, como a proteção de dados pessoais.
- (E) As gerações de direitos humanos são hierarquizadas, com prioridade para a primeira geração.



**28**

Sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, conforme a Lei n. 10.048/2000 (e suas alterações), pode-se afirmar que:

- (A) a prioridade de atendimento estende-se apenas aos serviços públicos essenciais.
- (B) o direito à prioridade inclui atendimento preferencial, mas exclui adaptação de espaços físicos.
- (C) a Lei prevê que os serviços de transporte coletivo devem ser adaptados para atender às necessidades das pessoas com deficiência.
- (D) a prioridade de atendimento é condicionada à comprovação de incapacidade econômica.
- (E) a Lei não contempla sanções para o descumprimento da prioridade de atendimento.

**29**

Sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), pode-se afirmar que:

- (A) o Estatuto define deficiência como qualquer limitação física ou sensorial, independentemente de interação com barreiras sociais.
- (B) o artigo 4º da Lei assegura que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa.
- (C) o Estatuto exclui o direito à educação inclusiva, determinando que as instituições especializadas são mais adequadas.
- (D) a Lei permite a restrição de direitos das pessoas com deficiência para proteger interesses econômicos de terceiros.
- (E) o Estatuto considera que as empresas privadas não são obrigadas a garantir acessibilidade em seus serviços.

**30**

Sobre as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme a Lei n. 10.098/2000 (e suas alterações), pode-se afirmar que:

- (A) a Lei exige que todos os edifícios privados sejam adaptados para acessibilidade, independentemente de sua utilização ou fluxo de pessoas.
- (B) a Lei obriga a instalação de sinalização tátil em pisos para orientação de pessoas com deficiência visual ou baixa visão em locais públicos e privados de uso coletivo.
- (C) a Lei estabelece que as calçadas devem ser projetadas apenas para pedestres com mobilidade reduzida, sem contemplar outras deficiências.
- (D) a Lei exclui o transporte público da obrigatoriedade de adaptação para acessibilidade.
- (E) a Lei prevê sanções apenas administrativas para o descumprimento de suas normas, sem menção à responsabilidade civil ou penal.

## Legislação Institucional

### Mario Elesbão e Glauber Marinho

**31**

De acordo com a Lei Complementar n. 75/1993, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I – O Ministério Público da União, por ser de abrangência federal, engloba o MPF, MP dos Estados, MPDFT, MPT e MPM, excluindo-se apenas o Ministério Público junto aos tribunais de Conta.
- II – São princípios do MP, a Unidade, a Indivisibilidade e a Independência Funcional. Assim sendo, diante do Princípio da Unidade, o MPT, o MPM e o MPDFT, além de evidentemente do MPF por serem ramos do MPU, estão sob a direção de um único Procurador-Geral, o Procurador Geral da República.
- III – É notório que, dos quatro ramos que compõem o MPU, o MPF é o mais destacado devendo, portanto, consoante a Constituição, o PGR deve ser necessariamente oriundo desse ramo, além de ser do nível mais alto da carreira, ou seja, devendo ser um Subprocurador-Geral da República.

- (A) Todas estão corretas.
- (B) Apenas a I e a II estão corretas.
- (C) Apenas a II e a III estão corretas.
- (D) Apenas a III está correta.
- (E) Nenhuma está correta.

**32**

A proposta de orçamento do Ministério Público da União:

- (A) é veiculada em lei específica, de iniciativa do Procurador-Geral da República.
- (B) é apresentada e proposta pelo Procurador-Geral da República e aprovada por ato do Colégios de Procuradores da República.
- (C) é apresentada e proposta pelo Procurador-Geral da República e aprovada por ato de competência privativa do Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) é apresentada e proposta pelo Procurador-Geral da República e aprovada por ato de competência privativa do Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União.
- (E) submete-se aos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

**33**

O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial, tendo em vista

- (A) a repressão e a correção da ilegalidade.
- (B) a subordinação dos órgãos incumbidos da segurança pública.
- (C) a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio privado.
- (D) a prevenção do abuso de poder.
- (E) a disponibilidade da persecução penal.

**34**

Quando da apuração de infração ao Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), é possível que o caso em concreto trate de algo sem previsibilidade expressa da norma. Nesse cenário, conforme a Portaria n. 98/2017, os casos omissos deverão ser resolvidos

- (A) pelo Diretor(a) da ESMPU.
- (B) pelo(a) Procurador(a)-Geral da República.
- (C) pelo Comitê de Integridade.
- (D) pela Comissão Permanente de Ética.
- (E) pelo(a) Diretor(a)-Geral.

**35**

Constam como elementos fundamentais que devem nortear o Programa de Integridade do Ministério Público da União, exceto:

- (A) governança pública.
- (B) profissionalismo e meritocracia.
- (C) prestação de contas e responsabilização.
- (D) aprimoramento e complexificação regulatória, dada a sensibilidade do tema integridade.
- (E) inovação.

## Noções de Direito Constitucional

### Vinícius Marques

**36**

Considere as disposições constitucionais sobre os princípios fundamentais e os direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de propriedade não pode ser limitado pelo Estado, uma vez que se trata de uma garantia fundamental inviolável.
- (B) A liberdade de expressão admite censura prévia, desde que se destine a proteger a moral pública e os bons costumes.
- (C) Os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados pelo Congresso, em qualquer caso, têm hierarquia de lei ordinária.
- (D) A casa é asilo inviolável do indivíduo, mas permite-se a entrada sem consentimento do morador em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, bem como durante o dia, por determinação judicial.
- (E) A prática de qualquer religião é livre, podendo o Estado determinar as crenças de caráter obrigatório nas escolas públicas, em conformidade com o princípio da laicidade.

**37**

Considerando os direitos sociais elencados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- I – O direito à moradia, previsto no artigo 6º da Constituição Federal, impede a penhora do bem de família do fiador em contrato de locação residencial, conforme entendimento consolidado do STF.
- II – O direito à saúde, garantido pelo artigo 6º da Constituição, não pode ser reivindicado judicialmente para obrigar o Estado a fornecer medicamentos de alto custo não incorporados nas políticas públicas de saúde.
- III – O direito à educação, previsto no artigo 6º da Constituição Federal, é considerado uma norma programática, não gerando obrigações imediatas para o Estado

Dentre tais informações, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas a III está correta.
- (B) Apenas a II e III estão corretas.
- (C) Apenas a I e III estão corretas.
- (D) Apenas a I está correta.
- (E) Nenhuma está correta.

**38**

À luz dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, bem como da jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta.

- (A) A fixação de percentual máximo para participação feminina em concursos públicos para cargos militares estaduais é constitucional, desde que justificada pela natureza das funções desempenhadas.
- (B) A descriminalização da posse de substâncias entorpecentes para uso pessoal foi reconhecida pelo STF, que estabeleceu critérios objetivos para diferenciar usuário de traficante, incluindo a quantidade de 40 gramas de cannabis como limite para consumo pessoal.
- (C) A Lei n. 12.990/2014, que reserva 20% das vagas em concursos públicos federais para candidatos negros, foi declarada inconstitucional pelo STF por violar o princípio da igualdade.
- (D) O STF reconheceu a constitucionalidade de leis estaduais que estabelecem critérios diferenciados de admissão em cargos públicos com base no gênero, visando atender a peculiaridades regionais.
- (E) A prática de tortura é admitida pela Constituição Federal em situações excepcionais que envolvam a segurança nacional, desde que autorizada por autoridade competente.

**39**

Ainda acerca dos direitos sociais à luz da Constituição e da jurisprudência, analise cada um dos itens e assinale a alternativa CORRETA.

- I – O direito ao trabalho, assegurado pelo artigo 7º da Constituição, permite a livre iniciativa, mas não garante proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa.
  - II – O direito à segurança, previsto no artigo 6º da Constituição Federal, é considerado uma cláusula pétrea, não podendo ser objeto de emenda constitucional que vise abolir-lo.
  - III – É assegurada a participação dos trabalhadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação, devendo a lei definir a participação dos empregadores.
- (A) Apenas a II está correta.
  - (B) Apenas a II e III estão corretas.
  - (C) Apenas a I e II estão corretas.
  - (D) Apenas a III está correta.
  - (E) Nenhuma das alternativas está correta.

**40**

Considerando os direitos políticos previstos na Constituição Federal de 1988 e as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta.

- (A) O STF decidiu que cônjuges e parentes até o segundo grau não podem ocupar simultaneamente cargos de chefia nos Poderes Executivo e Legislativo no mesmo ente federativo, visando evitar a concentração de poder familiar.
- (B) Em decisão recente, o STF invalidou a regra de distribuição de sobras eleitorais que permitia a partidos que não atingiram o quociente eleitoral participarem da distribuição, aplicando a mudança já nas eleições de 2024.
- (C) A Constituição Federal permite a reeleição indefinida para cargos do Poder Executivo, desde que haja alternância de partidos no poder.
- (D) O STF reconheceu, em decisão recente, a possibilidade de candidaturas avulsas (sem filiação partidária) para cargos eletivos, desde que o candidato comprove apoio de um percentual mínimo de eleitores.
- (E) A perda ou suspensão dos direitos políticos ocorre exclusivamente em casos de condenação criminal transitada em julgado, não havendo outras hipóteses previstas na Constituição.

**41**

Com base nas disposições constitucionais sobre o Poder Judiciário e as funções essenciais à justiça, bem como na jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (STF), analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA.

- I – O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) possui competência para fiscalizar atos administrativos e jurisdicionais dos magistrados, visando assegurar a moralidade no exercício da função pública.
  - II – O Ministério Público possui autonomia funcional e administrativa, mas seus membros não podem promover ações civis públicas visando a defesa de direitos difusos, pois tal função é exclusiva da Defensoria Pública.
  - III – O Supremo Tribunal Federal, em recente decisão, reafirmou que a atividade correccional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não alcança o mérito das decisões jurisdicionais, mas limita-se à fiscalização de atos administrativos e disciplinares.
- (A) Apenas a I está correta.
  - (B) Apenas a I e III estão corretas.
  - (C) Apenas a I e II estão corretas.
  - (D) Apenas a III está correta.
  - (E) Nenhuma das alternativas está correta.

**42**

Com base nas disposições constitucionais sobre o Poder Judiciário e as funções essenciais à justiça, bem como na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- (A) O Supremo Tribunal Federal, em decisão recente, reafirmou que o Ministério Público não possui a função de representar o interesse da sociedade em ações que envolvem a proteção de interesses individuais homogêneos, como nas questões relacionadas ao direito do consumidor.
- (B) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pode, com base no controle da conduta funcional dos magistrados, revisar decisões jurisdicionais e alterar o conteúdo de sentenças proferidas, desde que considere a decisão como contrária à moralidade administrativa.
- (C) A Defensoria Pública tem a competência para representar em ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) perante o Supremo Tribunal Federal, conforme decisão recente do STF que ampliou as atribuições da instituição.
- (D) Recentemente, o STF decidiu que o Ministério Público não pode propor ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs), pois a Constituição Federal não contempla expressamente essa prerrogativa para a instituição, ao contrário do que ocorre com a Procuradoria-Geral da República.
- (E) O Supremo Tribunal Federal, em recente decisão, estabeleceu que a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nas investigações sobre a conduta dos magistrados deve ser restrita à verificação de práticas administrativas, sem qualquer possibilidade de intervenção no mérito das decisões judiciais.

**43**

Ainda sobre o tema: Do Poder Judiciário; Das Funções Essenciais à Justiça, analise os itens e assinale a alternativa CORRETA.

- I – De acordo com a CF/1988: A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- II – De acordo com recente decisão, o STF reafirmou a independência funcional do Ministério Público, mas declarou inconstitucional a instauração de procedimentos administrativos por promotores de justiça sem supervisão direta do Procurador-Geral da República.
- III – O artigo 134 da Constituição Federal foi interpretado pelo STF, em 2024, para garantir à Defensoria Pública a competência de promover ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) perante o Supremo Tribunal Federal.

(A) Apenas a I está correta.

(B) Apenas a II e III estão corretas.

(C) Apenas a I e II estão corretas.

(D) Apenas a III está correta.

(E) Todas as alternativas estão corretas.

**44**

À luz das disposições constitucionais sobre a administração pública, bem como da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos em qualquer hipótese, salvo quando se tratar de cargos na área da saúde e da educação, independentemente da comprovação de compatibilidade de horários, desde que respeitado o teto remuneratório.
- (B) Conforme decisão do STF, a Administração Pública pode anular atos administrativos que gerem direitos aos administrados a qualquer tempo, independentemente de o prazo decadencial de cinco anos previsto na Lei n. 9.784/1999 ter se esgotado, caso o ato seja considerado inconstitucional.
- (C) Os princípios da eficiência e da moralidade administrativa permitem que o agente público, no exercício de sua função, realize atos administrativos visando à maior economia e agilidade, ainda que isso implique relativizar o princípio da legalidade.
- (D) O STF decidiu que a estabilidade do servidor público só pode ser alcançada após três anos de efetivo exercício e aprovação em avaliação de desempenho, sendo vedada a concessão de estabilidade sem o cumprimento cumulativo dessas condições, conforme o artigo 41 da Constituição Federal.
- (E) É legítima a concessão de pensão vitalícia a servidor público em decorrência de decisão administrativa, mesmo que não se comprove a necessidade econômica ou a existência de previsão legal específica, desde que o ato tenha sido praticado por autoridade competente.

**45**

Ainda sobre aspectos relacionados à Administração Pública, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), analise os itens e assinale a alternativa CORRETA.

- I – O princípio da publicidade permite que a administração pública divulgue dados pessoais de servidores ou de cidadãos, desde que haja interesse público envolvido, sem necessidade de observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- II – A concessão de aposentadoria especial a servidores públicos é automática ao atingirem idade e tempo de contribuição necessários, dispensando comprovação de condições de trabalho insalubres ou perigosas.
- III – Conforme determina a CF/1988, a aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

- (A) Apenas a I está correta.
- (B) Apenas a II e III estão corretas.
- (C) Apenas a I e II estão corretas.
- (D) Apenas a III está correta.
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

## Teoria Geral do Processo

**Rafael de Oliveira**

**46**

Sobre os princípios constitucionais processuais, assinale a alternativa correta.

- (A) O contraditório e a ampla defesa são garantias que podem ser relativizadas em processos administrativos, dependendo do interesse público envolvido.
- (B) O devido processo legal é uma garantia exclusiva dos processos judiciais, não sendo aplicável aos procedimentos administrativos.
- (C) A inafastabilidade da jurisdição permite a criação de barreiras processuais para determinados tipos de ações.
- (D) O princípio da publicidade admite exceções nos casos previstos em lei, como para resguardar a intimidade das partes.
- (E) O juiz pode descumprir o devido processo legal desde que atue em nome do interesse público e da ordem social.

**47**

Sobre jurisdição, analise as alternativas e escolha a correta.

- (A) A jurisdição voluntária não admite litígios entre as partes, sendo caracterizada pela colaboração do juiz na administração de interesses privados.
- (B) A jurisdição é ilimitada no âmbito do território nacional, podendo ser exercida pelo Estado sem restrições.
- (C) A jurisdição penal é sempre exclusiva da Justiça comum, exceto em casos de competência da Justiça Militar.
- (D) A jurisdição pode ser transferida a organismos internacionais, desde que não envolva questões de soberania nacional.
- (E) A jurisdição contenciosa é exercida pelo juiz apenas quando solicitado por uma das partes, independentemente da existência de conflito.

**48**

Sobre condições da ação e pressupostos processuais, assinale a alternativa correta.

- (A) A ausência de interesse processual é um vício sanável, podendo ser corrigido durante o andamento do processo.
- (B) A ausência de pressupostos processuais acarreta a nulidade do processo, ainda que sejam requisitos secundários.
- (C) A legitimidade das partes é uma condição da ação, enquanto a citação válida é um pressuposto processual.
- (D) A ilegitimidade passiva acarreta, obrigatoriamente, a extinção do processo com resolução de mérito.
- (E) O interesse processual é analisado somente na fase de execução, pois depende da demonstração do prejuízo da parte autora.

**49**

Sobre competência, analise as alternativas e assinale a correta.

- (A) A competência em razão da matéria pode ser alterada por convenção das partes, desde que o objeto do processo seja disponível.
- (B) Nos Juizados Especiais Federais, a competência territorial é absoluta, sendo vedado seu afastamento pelas partes.
- (C) A incompetência absoluta pode ser reconhecida de ofício pelo juiz a qualquer tempo ou grau de jurisdição.
- (D) A incompetência relativa pode ser arguida a qualquer tempo e reconhecida de ofício pelo juiz.
- (E) A competência funcional é fixada em razão do valor da causa, não admitindo flexibilização.



**50**

Sobre os métodos alternativos de solução de conflitos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A arbitragem é regulada por lei específica, exige cláusula compromissória e tem caráter obrigatório para as partes que a escolheram.
- (B) A mediação visa à solução de conflitos por meio da autocomposição, sendo especialmente indicada para disputas que envolvem relações continuadas.
- (C) A conciliação é conduzida por um terceiro neutro que propõe soluções para o conflito, podendo envolver ou não relações continuadas.
- (D) O uso de métodos alternativos está alinhado ao princípio do acesso à justiça, que incentiva a solução consensual de conflitos.
- (E) Os métodos alternativos de solução de conflitos substituem integralmente a função jurisdicional do Estado.

## Noções de Direito Penal

### Carolina Carvalho

**51**

A respeito da imputabilidade penal, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado exclui apenas a pena, mas não a possibilidade de aplicação de medida de segurança.
- (B) São inimputáveis os menores de 18 anos, salvo nos casos em que demonstrarem maturidade suficiente para compreender o caráter ilícito do fato.
- (C) A embriaguez voluntária ou culposa pelo consumo de álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal, desde que o agente não tenha previsto o resultado.
- (D) O Código Penal considera imputável o agente que, por motivo de embriaguez completa accidental, não tinha, ao tempo da ação ou omissão, capacidade de entendimento sobre o ilícito do fato.
- (E) São imputáveis os maiores de 18 anos, salvo quando a embriaguez accidental completa os privar de consciência sobre o caráter ilícito do fato.

**52**

João, determinado a praticar um roubo, solicita ajuda de Pedro, que empresta uma arma de fogo. Pedro não participa do ato diretamente, mas é ciente do objetivo de João. Durante o roubo, João efetua um disparo de arma de fogo que atinge e mata a vítima. Pedro alega que não deveria ser responsabilizado, pois não participou do crime em si.

Com base no caso narrado e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa **correta**.

- (A) Pedro não pode ser responsabilizado pelo crime, pois sua participação foi apenas acessória e ele não esteve presente no local do fato.
- (B) Pedro deve responder pelo crime de roubo com resultado morte (latrocínio) em coautoria, pois emprestar a arma configura adesão consciente ao crime, ainda que não tenha participado do ato diretamente.
- (C) Pedro deve responder apenas pelo crime de porte ilegal de arma, já que sua conduta não influenciou diretamente o desfecho do roubo praticado por João.
- (D) Pedro é isento de pena, pois o resultado morte não era previsível quando emprestou a arma a João.
- (E) Pedro deve ser responsabilizado por participação no roubo, mas não pelo resultado morte, uma vez que não houve vínculo subjetivo entre ele e João quanto ao desfecho trágico.

**53**

Joana foi submetida a julgamento após ter cometido um crime em estado de absoluta incapacidade de entender o caráter ilícito de sua conduta, em decorrência de doença mental devidamente comprovada por laudo pericial. O juiz reconheceu sua inimputabilidade, aplicando medida de segurança consistente em internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.

Com base na legislação penal e na jurisprudência, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A medida de segurança aplicada a Joana possui prazo indeterminado, mas sua duração não pode ultrapassar o prazo máximo fixado para a pena privativa de liberdade cominada ao crime praticado.
- (B) O tempo de duração da medida de segurança está condicionado à gravidade do crime praticado e à pena que seria aplicada caso Joana fosse imputável.
- (C) Para a cessação da medida de segurança, é indispensável a comprovação de que Joana não oferece mais periculosidade, mediante perícia médica.
- (D) Joana poderá optar pela substituição da internação por tratamento ambulatorial, desde que assuma o compromisso de seguir todas as orientações médicas.
- (E) Caso Joana pratique outro delito durante a vigência da medida de segurança, esta será automaticamente convertida em pena privativa de liberdade, com início do cumprimento imediato.



**54**

Durante uma auditoria interna, foi constatado que o servidor público Paulo, no exercício de suas funções, apropriou-se de valores pertencentes à administração pública. Paulo, ao ser confrontado, confessou que usou os recursos para fins particulares e prometeu devolvê-los. Contudo, sua conduta foi devidamente registrada e encaminhada para apuração criminal.

Com base no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Paulo responderá pelo crime de peculato, ainda que tenha confessado o delito e prometido a devolução dos valores.
- (B) A devolução integral dos valores por Paulo extingue a punibilidade do crime de peculato, caso ocorra antes do recebimento da denúncia.
- (C) A confissão do crime por Paulo configura arrependimento eficaz, excluindo a tipicidade de sua conduta.
- (D) Paulo só poderá responder pelo crime de peculato se ficar comprovado que causou prejuízo efetivo à administração pública.
- (E) A promessa de devolução dos valores por Paulo caracteriza causa obrigatória de redução da pena do crime de peculato.

**55**

João, proprietário de um restaurante, recusou-se a atender Marta e sua família com base em critérios de discriminação racial, afirmando que seu estabelecimento “não era lugar para pessoas como eles”. Marta noticiou o ocorrido às autoridades competentes, e João foi indiciado. Com base na Lei n. 7.716/1989, assinale a alternativa **correta**.

- (A) João responderá pelo crime de preconceito de raça ou cor, com pena de reclusão, sendo vedada a concessão de fiança.
- (B) A conduta de João configura contravenção penal, punida com multa, devido à discriminação praticada em local público.
- (C) A ação penal contra João somente poderá ser iniciada após representação formal de Marta.
- (D) João poderá responder pelo crime de preconceito de raça ou cor, mas sua pena poderá ser substituída por medidas alternativas, dependendo da gravidade do caso.
- (E) O crime cometido por João é imprescritível e sujeito a graça ou anistia, conforme previsto na Constituição Federal.

**56**

Durante uma investigação policial, o delegado Carlos determinou que o investigado José fosse algemado, mesmo sem qualquer resistência ou risco de fuga. Além disso, Carlos permitiu que imagens de José algemado fossem divulgadas à imprensa. Após apuração, ficou comprovado que a conduta do delegado não se justificava.

Com base na Lei n. 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), assinale a alternativa **correta**.

- (A) A conduta de Carlos é lícita, pois a decisão sobre o uso de algemas cabe exclusivamente à autoridade policial.
- (B) O delegado Carlos cometeu abuso de autoridade, pois a Lei n. 13.869/2019 proíbe o uso de algemas sem justificativa e a exposição indevida de pessoas.
- (C) A divulgação das imagens de José não configura abuso de autoridade, pois a publicidade de atos processuais é regra no ordenamento jurídico brasileiro.
- (D) A utilização de algemas em qualquer situação é permitida, desde que seja ordenada por uma autoridade pública competente.
- (E) Para que o delegado Carlos seja responsabilizado, é necessário que José represente formalmente contra ele, pois a ação penal em crimes de abuso de autoridade é condicionada à representação.

**57**

Ana foi condenada por um crime cuja pena privativa de liberdade foi fixada em 2 anos de reclusão. Considerando que a ré possui bons antecedentes e não reincidiu, o juiz optou por substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Com base no Código Penal, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos é vedada para crimes dolosos.
- (B) A pena restritiva de direitos pode consistir em prestação de serviços à comunidade ou interdição temporária de direitos, entre outras modalidades.
- (C) A pena restritiva de direitos não pode ser aplicada cumulativamente com multa, ainda que ambas sejam previstas na sentença.
- (D) A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos depende da confissão formal e integral da prática delitiva pelo réu.
- (E) A pena privativa de liberdade inferior a 4 anos jamais pode ser substituída por pena restritiva de direitos, ainda que preenchidos os requisitos legais.

**58**

João foi condenado pelo crime de furto qualificado, e a sentença determinou a pena com base no cálculo trifásico previsto no Código Penal. O juiz fixou a pena-base acima do mínimo legal em razão da valoração negativa das circunstâncias judiciais, aumentou a pena na segunda fase devido à reincidência e aplicou causa de aumento de pena na terceira fase.

Sobre a aplicação da pena, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A pena-base deve ser fixada no mínimo legal, sendo vedada qualquer majoração nessa fase.
- (B) A valoração das circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal é discricionária, não precisando ser fundamentada pelo juiz.
- (C) A reincidência é uma agravante que deve ser considerada na segunda fase da dosimetria da pena, conforme o artigo 61 do Código Penal.
- (D) As causas de aumento ou diminuição de pena são analisadas na primeira fase da dosimetria, conforme a gravidade do crime.
- (E) Na fixação da pena, o juiz deve observar apenas as circunstâncias objetivas do delito, sendo irrelevantes as características pessoais do réu.

**59**

Sobre a extinção da punibilidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A morte do agente ocorre automaticamente como causa de extinção da punibilidade, independentemente do momento em que o fato criminoso foi praticado.
- (B) A extinção da punibilidade pela prescrição pode ocorrer a qualquer momento, sendo irrelevante o prazo previsto para o tipo penal.
- (C) O perdão judicial é uma causa de extinção da punibilidade que pode ser concedida em qualquer fase do processo, desde que o réu tenha cometido o crime de forma culposa.
- (D) A renúncia ao direito de queixa, no caso de ação penal privada, gera a extinção da punibilidade, mesmo após o início da instrução processual.
- (E) O cumprimento integral da pena imposta ao condenado não gera a extinção da punibilidade, pois a punibilidade só se extingue com a sentença transitada em julgado.

**60**

Sobre os crimes praticados por particulares contra a administração em geral e os crimes contra a administração da justiça, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O particular que alterar ou falsificar um documento público, com o intuito de prejudicar o regular andamento de um processo, responderá tanto pelo crime de falsificação de documento quanto pelo crime de fraude processual, independentemente da comprovação do dano.

(B) A figura do “tráfico de influência” é caracterizada pela promessa de vantagem indevida por parte de um particular a um funcionário público, e não exige qualquer resultado ilícito ou ato específico praticado pelo servidor.

(C) O particular que se utiliza de meio fraudulento para induzir o juiz a erro, com o objetivo de obter uma sentença favorável, será punido por estelionato, não se aplicando a tipificação de fraude processual.

(D) A denúncia caluniosa, configurada quando alguém imputa falsamente a outra pessoa a prática de crime, é um crime contra a administração pública, sendo punida com reclusão de 2 a 8 anos, independentemente de ter sido a denúncia recebida pela autoridade policial.

(E) A corrupção passiva, prevista no artigo 317 do Código Penal, pode ser cometida exclusivamente por particulares, sendo o funcionário público apenas o agente que recebe a vantagem ilícita.

## Direito Administrativo

**Maria Júlia**

**61**

A delimitação do tema sobre a responsabilidade civil do Estado refere-se às obrigações extracontratuais decorrentes de atos lesivos — sejam eles lícitos ou ilícitos, comissivos ou omissivos — praticados por pessoas jurídicas que integram o Estado. Dessa forma, sempre que o Poder Executivo, o Poder Legislativo ou o Poder Judiciário, por intermédio de seus agentes que exercem funções públicas em nome do Estado, causarem danos a terceiros, a responsabilidade não recai diretamente sobre o agente público que praticou o ato. Sobre a evolução da responsabilidade civil do Estado, analise as afirmações abaixo e escolha a correta.

- (A) A teoria da irresponsabilidade estatal permanece vigente em ordenamentos contemporâneos, como na Inglaterra.
- (B) A teoria da culpa administrativa exige a comprovação de dolo do agente público para responsabilização estatal.
- (C) A teoria do risco administrativo admite excludentes de responsabilidade, enquanto o risco integral não as admite.
- (D) A teoria da culpa civil baseia-se na objetividade da responsabilidade estatal, independentemente da conduta do agente.
- (E) A teoria do risco integral é amplamente aplicada em casos de atos administrativos lícitos.

**62**

De acordo com o artigo 28 da LINDB, o agente público responde pessoalmente por:

- (A) todas as suas decisões, independentemente de dolo ou culpa.
- (B) erros técnicos, desde que comprovada a ausência de dolo ou erro grosseiro.
- (C) decisões técnicas tomadas com dolo ou erro grosseiro.
- (D) qualquer decisão administrativa que gere prejuízo ao erário público.
- (E) atos praticados no exercício regular de suas funções, mesmo que lícitos.

**63**

Sobre o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa estabelecido pela Lei n. 8.429/1992, analise as alternativas abaixo e escolha a correta:

- (A) A improbidade administrativa abrange tanto condutas dolosas quanto culposas, desde que estas causem prejuízo ao patrimônio público.
- (B) O dolo, para configuração de ato de improbidade, consiste na vontade livre e consciente de alcançar resultado ilícito tipificado na Lei.
- (C) A mera divergência interpretativa de norma administrativa pode configurar ato de improbidade, desde que cause lesão ao erário.
- (D) Agentes políticos estão excluídos do conceito de agente público para fins de responsabilização por improbidade administrativa.
- (E) A Lei não admite a responsabilidade de particulares em atos de improbidade, ainda que recebam recursos públicos.

**64**

No que tange às indenizações, analise as afirmativas abaixo e escolha a alternativa correta.

- (A) A ajuda de custo é paga ao servidor transferido a pedido para nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.
- (B) É vedado o pagamento de ajuda de custo em caso de remoção ex officio para municípios da mesma região metropolitana.
- (C) A indenização de transporte é concedida para compensar despesas com a utilização de transporte público por servidores em serviço externo.
- (D) O auxílio-moradia é concedido apenas quando o servidor não possuir imóvel próprio na nova sede, independentemente do cargo ocupado.
- (E) O valor do auxílio-moradia não pode exceder 25% da remuneração do cargo em comissão, salvo previsão específica.

**65**

Sobre as modalidades de licitação, previstas na nova lei de licitações, assinale a alternativa correta.

- (A) É permitido criar modalidades híbridas de licitação, desde que fundamentadas em regulamento próprio.
- (B) O pregão deve ser utilizado para qualquer objeto, incluindo serviços intelectuais.
- (C) O diálogo competitivo é restrito a contratações que demandem inovação ou adaptação técnica significativa.
- (D) Concorrência e pregão não podem adotar o mesmo rito procedimental.
- (E) O concurso é utilizado exclusivamente para obras e serviços de engenharia.

**66**

A Nova Lei de Licitações emerge em um cenário de constante evolução das práticas de contratação no setor público, com o objetivo de modernizar e aprimorar os procedimentos. A norma busca promover maior eficiência, transparência e alinhamento aos princípios da boa gestão, da economicidade e da inovação. Com base nos objetivos do processo licitatório estabelecidos na lei, analise as afirmativas a seguir e escolha a alternativa correta.

- (A) O processo licitatório busca exclusivamente a seleção da proposta de menor preço para atender ao princípio da economicidade.
- (B) Garantir a inovação e o desenvolvimento sustentável é um objetivo secundário e dispensável do processo licitatório.
- (C) A alta administração deve implementar mecanismos de gestão de riscos, mas a avaliação das contratações não está entre suas responsabilidades diretas.
- (D) A seleção da proposta mais vantajosa deve considerar todo o ciclo de vida do objeto da contratação, e não apenas seu custo inicial.
- (E) O objetivo principal do processo licitatório é evitar contratações com preços inexequíveis, sendo os outros objetivos meramente acessórios.

**67**

O art. 7º da LAI assegura o direito de acesso a informações públicas. Sobre as garantias previstas, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

- I – É assegurado o acesso a informações relativas à administração de patrimônio público e a contratos administrativos.
- II – Quando houver informação sigilosa em um documento, o acesso à parte não sigilosa pode ser negado pelo órgão público.
- III – Informações sobre programas, metas e indicadores da Administração Pública devem ser disponibilizadas independentemente de solicitação.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa II está correta.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.
- (E) Nenhuma das afirmativas está correta.

**68**

Durante a execução de suas funções, um agente público toma decisões com base nos princípios constitucionais que regem a administração pública. Dentre esses princípios, assinale aquele que impõe a conformidade com padrões éticos, mesmo que não explicitamente previstos em lei.

- (A) O princípio da publicidade dispensa qualquer tipo de motivação nos atos administrativos que envolvam sigilo fiscal.
- (B) A legalidade administrativa é subordinada à conveniência do administrador.
- (C) A moralidade administrativa exige conformidade com padrões éticos, ainda que implícitos.
- (D) O princípio da eficiência pode ser relativizado em razão de limitações orçamentárias.
- (E) A publicidade é o único princípio absoluto no Direito Administrativo.

**69**

Caso hipotético: Uma empresa utiliza substâncias químicas que, se descartadas incorretamente, podem causar danos ambientais. A fiscalização do descarte desses resíduos, realizada por agentes do poder público, insere-se na seguinte competência da Administração:

- (A) Poder discricionário.
- (B) Poder hierárquico.
- (C) Poder regulamentar.
- (D) Poder de polícia.
- (E) Poder disciplinar.

**70**

Caso hipotético: um agente público emitiu um ato administrativo que, após a análise, foi considerado ilegal devido à ausência de competência. Analise as alternativas e assinale a que apresenta o destino desse ato.

- (A) Revogação, por conveniência administrativa.
- (B) Anulação, devido à sua ilegalidade.
- (C) Manutenção, caso não tenha causado danos.
- (D) Conversão em ato discricionário.
- (E) Extinção automática pelo decurso de prazo.

## Administração Pública

**Bruno Eduardo**

**71**

O administrador de uma autarquia federal foi incumbido de melhorar o desempenho organizacional em termos de resultados tangíveis e intangíveis. Para isso, foi orientado a realizar um planejamento estratégico alinhado aos objetivos institucionais, a reestruturar os processos administrativos e a implementar um sistema de controle que assegurasse a mensuração dos resultados. Considerando os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, avalie as alternativas abaixo e identifique aquela que representa corretamente os princípios que o administrador deve observar para alcançar os resultados esperados.

- (A) A eficiência está relacionada à entrega de resultados alinhados às necessidades sociais, enquanto a eficácia se refere à otimização de recursos disponíveis.
- (B) A eficácia envolve a realização de atividades com menor custo possível, independentemente do impacto gerado.
- (C) A eficiência diz respeito ao melhor uso dos recursos disponíveis, enquanto a efetividade considera o impacto das ações realizadas na sociedade.
- (D) A efetividade é alcançada pela minimização de custos em processos, enquanto a eficácia é obtida com a maximização de lucros.
- (E) A eficácia é o indicador do impacto social de uma ação, enquanto a eficiência está associada à execução de atividades sem considerar o consumo de recursos.

**72**

Um gestor público está estruturando o planejamento estratégico de sua instituição. Para garantir que os objetivos organizacionais sejam atingidos, ele deve compreender os níveis de planejamento e como cada um deles se relaciona. Identifique a alternativa que descreve corretamente as características dos níveis estratégico, tático e operacional no planejamento público.

- (A) O planejamento estratégico é detalhado e operacionalizado diretamente nos processos de rotina.
- (B) O planejamento tático alinha as metas organizacionais aos recursos disponíveis e é essencialmente flexível.
- (C) O planejamento operacional é voltado para a definição da visão de longo prazo e dos objetivos estratégicos.
- (D) O planejamento estratégico estabelece diretrizes gerais, enquanto o planejamento operacional detalha ações específicas para sua implementação.
- (E) O planejamento tático é restrito às decisões de alto nível e não considera limitações de recursos.

**73**

Uma organização pública enfrentava atrasos no atendimento aos cidadãos. Após análise, constatou-se que o problema estava na falta de mapeamento adequado dos processos internos. Com base nos conceitos de gestão de processos, assinale a abordagem mais indicada para resolver o problema.

- (A) Automatizar todas as atividades sem revisar os processos existentes.
- (B) Realizar um mapeamento detalhado dos processos, identificando gargalos e propondo melhorias.
- (C) Eliminar etapas do processo para reduzir custos, independentemente do impacto no atendimento.
- (D) Implementar ferramentas de tecnologia sem priorizar a revisão dos processos.
- (E) Substituir os gestores responsáveis pelos setores afetados sem alterar os processos.

**74**

O gestor de uma instituição pública identificou a necessidade de promover a descentralização administrativa para agilizar decisões e melhorar o atendimento. Considerando os princípios de organização, assinale a alternativa que apresenta corretamente os impactos esperados dessa decisão.

- (A) Redução da autonomia das unidades locais.
- (B) Maior controle centralizado sobre as operações.
- (C) Restrição ao fluxo de informações entre os níveis hierárquicos.
- (D) Menor participação das unidades locais nos processos decisórios.
- (E) Aumento da flexibilidade na tomada de decisões locais.

**75**

Uma organização pública decidiu adotar tecnologias baseadas em inteligência artificial (IA) para otimizar o processamento de informações jurídicas. Considerando os impactos da transformação digital na administração pública, avalie os possíveis benefícios dessa decisão.

- (A) Melhoria na eficiência dos processos e redução do tempo de análise de dados.
- (B) Redução da transparência, devido à complexidade das soluções tecnológicas.
- (C) Aumento do número de etapas burocráticas, devido à implementação tecnológica.
- (D) Diminuição da participação do cidadão nos processos administrativos.
- (E) Comprometimento da segurança dos dados, devido à maior automação.

## Administração Financeira e Orçamentária

### Anderson Ferreira

**76**

No Brasil, a elaboração do orçamento público conta com três instrumentos previstos na Constituição: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

Sobre a LDO e seus anexos, é incorreto afirmar que

- (A) dispõe sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- (B) compreende as metas e prioridades da administração pública.
- (C) conterá demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções e anistias.
- (D) na União, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial estão estabelecidos em anexo específico.
- (E) estabelece metas anuais relativas a resultados nominal e primário.

**77**

Sobre os instrumentos de planejamento e orçamento e o respectivo processo constitucional orçamentário, é correto afirmar que

- (A) a lei orçamentária anual, na concepção do orçamento-programa, enfatiza a realização das ações orçamentárias previstas e vincula ao planejamento para a realização das políticas públicas.
- (B) a lei que institui o plano plurianual, como instrumento de planejamento estratégico para o orçamento, é de iniciativa privativa do parlamento.
- (C) as normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta devem ser instituídas, sob a égide da vigente Constituição, por lei ordinária.
- (D) a lei de diretrizes orçamentárias possui vigência de quatro anos, coincidentes com o mandato do chefe do Poder Executivo.
- (E) o plano plurianual compreende o orçamento de investimento das empresas em que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

**78**

Considere as definições a seguir:

- A lei do orçamento conterà todas as receitas, inclusive as operações de crédito autorizadas em lei.
- Em regra, é proibida a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra.

É correto afirmar que as definições se referem, respectivamente, aos princípios

- (A) do orçamento bruto e da não afetação.
- (B) da universalidade e da não afetação.
- (C) do orçamento bruto e da proibição do estorno.
- (D) da universalidade e da proibição do estorno.
- (E) da transparência e da não afetação.

**79**

A partir da leitura do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 10ª edição, têm-se as classificações da despesa pública. De acordo com o citado Manual,

- (A) a classificação por natureza estabelece o programa, a ação e o subtítulo de aplicação.
- (B) uma das importantes funções da modalidade de aplicação é permitir a eliminação de dupla contagem no orçamento.
- (C) a classificação funcional está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.
- (D) a classificação por esfera orçamentária busca definir em que área de ação governamental a despesa será realizada.
- (E) as despesas correntes contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

**80**

Sobre a transparência da gestão fiscal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) No Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, quando for o caso, serão apresentadas justificativas para a limitação de empenho.
- (B) O Relatório de Gestão Fiscal – RGF será emitido a cada quadrimestre.
- (C) O Tribunal de Contas competente alertará o Poder Judiciário caso a sua despesa com pessoal ultrapasse 90% do limite.
- (D) Compete ao Poder Executivo emitir o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO.
- (E) Os estados e municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União, para fins de consolidação, até trinta e um de maio.



## **Discursiva**

### **Letícia Bastos**

---

A transparência pública é um princípio fundamental da administração pública, garantido pela Constituição Federal, e tem como objetivo proporcionar o acesso à informação e a fiscalização das ações governamentais pela sociedade. No entanto, no Brasil, muitos desafios, como a falta de clareza nos dados e a dificuldade de acesso a portais de transparência, ainda limitam a plena efetivação desse direito.

Como você avalia a importância da transparência pública para a administração pública brasileira? Quais estratégias podem ser adotadas para garantir maior efetividade no acesso às informações públicas?

Diga o que pensa sobre o tema em um texto dissertativo-argumentativo, com extensão entre 20 e 30 linhas, utilizando linguagem culta e mantendo uma estruturação lógica.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**2º Simulado**  
**Ministério Público da União**  
**Técnico do MPU – Administração**

**GABARITO**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	D	C	C	E	A	B	E	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	E	C	B	A	D	D	B	C	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	D	D	D	C	C	C	B	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	E	D	B	D	D	D	B	E	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	E	A	D	D	D	A	C	C	E
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
E	B	C	A	A	B	B	C	A	B
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
C	C	B	E	C	D	B	C	D	B
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
C	D	B	E	A	C	A	D	B	E

# REDAÇÃO SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.  
É o texto que vai fazer você  
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

## ASSINATURA ILIMITADA X



### ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



### SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



### JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



### ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



### GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



### TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

#### Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na  
prova discursiva

## MPU - 2º SIMULADO - CARGO T01 - TÉCNICO DO MPU - ADMINISTRAÇÃO (PÓS-EDITAL)

### Língua Portuguesa

Letícia Bastos

1

“A persistência é o caminho mais curto para transformar sonhos em realidade.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a frase sugere que a persistência é indispensável para alcançar objetivos.
- (B) o texto afirma que todos os sonhos se tornam realidade apenas com persistência.
- (C) o uso de “mais curto” sugere que a persistência é o único caminho viável.
- (D) o termo “realidade” é utilizado de forma figurativa, indicando idealização.
- (E) a expressão “transformar sonhos” indica um processo rápido e simples.

**Letra a.**

**Assunto abordado:** Interpretação de texto.

- (A) Certa. O texto enfatiza a importância da persistência como elemento indispensável para alcançar objetivos, relacionando-a diretamente com a concretização de sonhos.
- (B) Errada. O texto não afirma que todos os sonhos se tornam realidade exclusivamente com persistência; há apenas a valorização desse atributo.
- (C) Errada. “Mais curto” não implica exclusividade, mas sim a eficiência da persistência no processo.
- (D) Errada. O termo “realidade” é utilizado em seu sentido literal, indicando algo concreto e alcançável, e não uma idealização.
- (E) Errada. A expressão “transformar sonhos” não sugere rapidez ou simplicidade, mas um processo que exige esforço, como a persistência.

2

“O conhecimento liberta, mas exige compromisso com a verdade.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto sugere que o conhecimento é acessível a todos, independentemente de esforços.
- (B) o verbo “liberta” implica que o conhecimento não demanda responsabilidade.
- (C) a expressão “compromisso com a verdade” indica que a verdade é sempre evidente.
- (D) o texto destaca que a busca pelo conhecimento requer responsabilidade ética.
- (E) o termo “compromisso” é usado para indicar uma obrigação apenas social.

**Letra d.**

**Assunto abordado:** Interpretação de texto.

- (A) Errada. O texto não sugere que o conhecimento seja acessível sem esforço, mas sim que ele requer compromisso.
- (B) Errada. O verbo “liberta” é condicionado à responsabilidade, evidenciada pelo “compromisso com a verdade”.
- (C) Errada. A expressão “compromisso com a verdade” não implica que a verdade seja evidente, mas que exige dedicação ética.
- (D) Certa. O texto ressalta que o conhecimento, além de libertador, demanda uma postura ética e responsável diante da verdade.
- (E) Errada. “Compromisso” no texto não se restringe a uma obrigação social, mas envolve uma dimensão ética mais ampla.

3

“A estrutura lógica de um texto depende da coesão entre as ideias apresentadas.” Sobre a organização estrutural do texto, é correto afirmar que:

- (A) a coesão é irrelevante para a organização lógica do texto, sendo apenas um elemento estético.
- (B) a estrutura lógica do texto depende exclusivamente da escolha vocabular do autor.
- (C) a coesão entre as ideias é fundamental para garantir a clareza e a progressão textual.
- (D) a organização estrutural baseia-se apenas na sequência cronológica dos fatos apresentados.
- (E) a progressão textual é secundária em relação à estética do texto, no contexto apresentado.

**Letra c.**

**Assunto abordado:** Organização estrutural dos textos.

- (A) Errada. A coesão é essencial para a estrutura lógica do texto, pois organiza as ideias de forma clara e coerente.
- (B) Errada. A escolha vocabular contribui, mas não é o único fator determinante da organização lógica do texto.
- (C) Certa. A coesão entre as ideias é um elemento indispensável para a clareza e a progressão lógica de um texto.
- (D) Errada. A organização estrutural não se restringe à sequência cronológica, mas abrange também a relação lógica entre as ideias.
- (E) Errada. A progressão textual é um elemento central na organização estrutural e não pode ser considerada secundária.

4

“A leitura de um texto é um diálogo entre o autor e o leitor, mediado pelas ideias e referências compartilhadas.” Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) a coesão textual ocorre exclusivamente por meio de conectivos que unem as orações.
- (B) a intertextualidade é irrelevante para a construção de sentidos no diálogo autor-leitor.
- (C) a coerência e a intertextualidade são indispensáveis para estabelecer o diálogo entre autor e leitor.
- (D) a construção do texto é fundamentada apenas na repetição de palavras-chave.
- (E) a coesão é suficiente para que o leitor compreenda o texto sem considerar o contexto.

**Letra c.**

**Assunto abordado:** Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.

- (A) Errada. A coesão textual vai além do uso de conectivos, envolvendo também relações semânticas entre os elementos do texto.
- (B) Errada. A intertextualidade enriquece a construção de sentidos, pois cria conexões entre o texto e outros conhecimentos compartilhados.
- (C) Certa. O texto sugere que a coerência e a intertextualidade são fundamentais para que o leitor compreenda as ideias e referências propostas pelo autor.
- (D) Errada. A construção textual não se limita à repetição de palavras-chave, mas envolve relações lógicas e referenciais.
- (E) Errada. A coesão é importante, mas a compreensão do texto também depende de elementos como coerência e contexto.

5

“Leia atentamente o rótulo do produto antes de utilizá-lo.” Sobre o modo de organização discursiva apresentada no texto, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de uma narração, pois descreve uma sequência de eventos.
- (B) O texto caracteriza-se como uma exposição, pois apresenta informações técnicas.
- (C) O discurso é predominantemente argumentativo, pois busca persuadir o leitor.
- (D) É uma descrição, já que enumera as características de algo.
- (E) Configura-se como injunção, pois orienta o leitor a realizar uma ação específica.

**Letra e.**

**Assunto abordado:** Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo.

- (A) Errada. Não há uma sequência de eventos ou ações, o que caracteriza o modo narrativo.

(B) Errada. O texto não expõe informações detalhadas ou explicações técnicas, mas orienta uma ação.

(C) Errada. O texto não apresenta argumentos ou justificativas para convencer o leitor, mas sim uma instrução direta.

(D) Errada. O texto não descreve características de algo, mas sim orienta uma ação a ser executada.

(E) Certa. O texto configura-se como injunção, pois apresenta uma ordem ou instrução para que o leitor realize algo.

6

“As novas regras para o trânsito de veículos entram em vigor na próxima semana, conforme a Resolução n. 345.” Sobre o tipo textual apresentado no texto, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um texto normativo, pois apresenta regras oficiais que regulam uma situação específica.
- (B) O texto é publicitário, pois busca persuadir o leitor a adotar um comportamento específico.
- (C) Caracteriza-se como informativo, pois relata um fato sem emitir instruções.
- (D) O texto é propagandístico, já que apresenta ideias para convencer o público.
- (E) Trata-se de um texto didático, pois tem como objetivo ensinar um conteúdo.

**Letra a.**

**Assunto abordado:** Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo.

- (A) Certa. O texto normativo apresenta regras ou normas que regulam situações formais, como as leis de trânsito citadas.
- (B) Errada. O texto não tem o objetivo de persuadir ou promover um comportamento, característica de textos publicitários.
- (C) Errada. Embora informe algo, a principal característica do texto é a regulamentação, o que o classifica como normativo.
- (D) Errada. O texto não tem caráter ideológico ou de convencimento, o que caracteriza o texto propagandístico.
- (E) Errada. Não há intenção de ensinar, característica de textos didáticos, mas sim de regulamentar uma situação.



7

“Em meio ao caos urbano, a cidade pulsa como um coração inquieto, carregando as histórias de seus habitantes.” Sobre o texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um texto não literário, pois apresenta informações factuais sobre o caos urbano.
- (B) O texto é literário, pois utiliza linguagem conotativa e recursos estilísticos para transmitir subjetividade.
- (C) Caracteriza-se como texto não literário, pois o tema central é a urbanização e seus problemas.
- (D) O texto é técnico, por apresentar uma análise sobre o impacto da urbanização.
- (E) Trata-se de um texto normativo, pois regulamenta aspectos relacionados à vida urbana.

**Letra b.**

**Assunto abordado:** Textos literários e não literários.

- (A) Errada. O texto não é não literário, pois apresenta linguagem subjetiva e figurada, características da literatura.
- (B) Certa. O texto é literário, pois recorre à linguagem conotativa e utiliza imagens estilísticas como “pulsa como um coração inquieto”.
- (C) Errada. Embora aborde a urbanização, o texto não é técnico ou informativo, mas subjetivo e poético.
- (D) Errada. Não há análise técnica ou científica no texto; o foco é a expressão artística e figurativa.
- (E) Errada. O texto não apresenta normas ou regulamentos, mas sim uma descrição figurativa e subjetiva.

8

“Com esforço, os objetivos podem ser alcançados.” Sobre as operações de estrutura da frase, é correto afirmar que:

- (A) A frase perderia sentido se o termo “com esforço” fosse deslocado para o final da sentença.
- (B) A substituição de “os objetivos” por “estes” comprometeria a clareza da frase.
- (C) A modificação de “podem ser alcançados” para “alcançam-se” manteria o mesmo efeito de sentido e estrutura sintática.
- (D) A retirada do termo “com esforço” não alteraria significativamente o sentido da frase.
- (E) O deslocamento de “com esforço” para o final da frase manteria a coerência e o sentido original.

**Letra e.**

**Assunto abordado:** Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção.

- (A) Errada. O deslocamento de “com esforço” para o final da frase não compromete o sentido, pois o termo continua desempenhando a mesma função.
- (B) Errada. A substituição de “os objetivos” por “estes” é perfeitamente possível sem comprometer a clareza da frase.

(C) Errada. Modificar “podem ser alcançados” para “alcançam-se” altera a estrutura sintática, embora o sentido geral seja mantido.

(D) Errada. A retirada de “com esforço” altera o sentido, pois o termo indica a condição necessária para alcançar os objetivos.

(E) Certa. O deslocamento de “com esforço” para o final mantém a coerência e o sentido, preservando a função adverbial do termo.

9

“Apesar de ter estudado bastante, o resultado da prova não foi satisfatório.” Sobre a estrutura da frase apresentada, é correto afirmar que:

- (A) Há um problema de concordância verbal entre “o resultado” e “foi”.
- (B) O texto apresenta um erro de regência, pois “apesar de” exige que o complemento seja um substantivo ou equivalente.
- (C) A frase carece de clareza, pois não explicita a relação entre estudo e resultado.
- (D) O uso do conectivo “apesar de” é inadequado, pois não indica oposição.
- (E) O termo “satisfatório” é incompatível com o sentido do restante da frase.

**Letra b.**

**Assunto abordado:** Problemas estruturais das frases.

- (A) Errada. Não há erro de concordância verbal; o verbo “foi” concorda corretamente com o sujeito “o resultado”.
- (B) Certa. A estrutura “apesar de ter estudado bastante” apresenta um problema de regência, pois “apesar de” exige um substantivo ou equivalente nominal (exemplo: “apesar do estudo”).
- (C) Errada. A frase é clara, pois apresenta a ideia de oposição entre o esforço de estudo e o resultado obtido.
- (D) Errada. O conectivo “apesar de” é adequado para expressar a relação de oposição presente na frase.
- (E) Errada. O termo “satisfatório” é compatível com o contexto, descrevendo o resultado obtido na prova.

10

“Ele disse que amanhã partirá para outra cidade.” Sobre a organização sintática da frase apresentada, é correto afirmar que:

- (A) A oração “que amanhã partirá para outra cidade” funciona como complemento verbal da oração principal.
- (B) A palavra “que” introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- (C) A expressão “amanhã partirá” apresenta sujeito indeterminado, pois não há indicação explícita.
- (D) A oração principal está subordinada à oração introduzida pelo conectivo “que”.
- (E) O termo “para outra cidade” desempenha a função de complemento nominal na frase.

**Letra a.**

**Assunto abordado:** Organização sintática das frases: termos e orações.

- (A) Certa. A oração “que amanhã partirá para outra cidade” completa o sentido do verbo “disse” e, portanto, funciona como complemento verbal da oração principal.
- (B) Errada. A palavra “que” introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta, e não adjetiva explicativa.
- (C) Errada. O sujeito da oração “amanhã partirá” é o pronome “ele”, mencionado na oração principal, e não indeterminado.
- (D) Errada. A oração subordinada está ligada à principal, mas a principal não está subordinada à subordinada.
- (E) Errada. O termo “para outra cidade” é um adjunto adverbial de lugar, e não complemento nominal.

**11**

“Naquele dia, muitas histórias foram contadas pelos idosos.” Sobre a estrutura da frase apresentada, é correto afirmar que:

- (A) A frase está na ordem direta, pois apresenta a sequência lógica de sujeito, verbo e complemento.
- (B) O termo “Naquele dia” é o complemento do verbo “foram contadas”.
- (C) A inversão da frase para “Muitas histórias pelos idosos foram contadas naquele dia” altera o sentido original.

- (D) A inversão dos termos “Naquele dia” e “muitas histórias” compromete a coerência da frase.
- (E) A frase está na ordem inversa, pois o termo “Naquele dia” foi antecipado para destacar a circunstância temporal.

**Letra e.**

**Assunto abordado:** Ordem direta e inversa.

- (A) Errada. A frase não está na ordem direta, pois a circunstância de tempo “Naquele dia” foi deslocada para o início.
- (B) Errada. O termo “Naquele dia” é um adjunto adverbial de tempo, não um complemento verbal.
- (C) Errada. A inversão apresentada não altera o sentido original, mas apenas muda a ênfase dos elementos da frase.
- (D) Errada. A inversão dos termos não compromete a coerência, mas pode alterar o foco da informação.
- (E) Certa. A frase está na ordem inversa, pois o adjunto adverbial de tempo foi deslocado para o início da oração, invertendo a ordem padrão de sujeito, verbo e complementos.

# ASSINATURA ILIMITADA X

**Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.**

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



## FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



## TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



## VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



## TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



## NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



## TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

### Contato para vendas:

☎ (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



**Quero ser assinante ilimitado agora**